



## ATA DE ANÁLISE PRELIMINAR DOS PROJETOS DE PESQUISA - LINHA 01

A Comissão do Processo Seletivo – Linha 01, composta pelos membros abaixo assinados, reunida hoje, dia 21.10.2021, após detido exame dos projetos apresentados, apresenta as notas da avaliação, conforme planilha anexa.

Na avaliação foram examinados os seguintes critérios: a) aderência à linha de pesquisa indicada pelo candidato (20%); b) formulação clara do problema a ser pesquisado (20%); c) demonstração minuciosa dos objetivos, do referencial teórico e das fontes de pesquisa (20%); d) definição detalhada de procedimentos e técnicas metodológicas a serem utilizadas (20%); e) viabilidade da pesquisa quanto aos aspectos jurídicos de fundo e ao prazo para a sua realização (20%).

Na análise, constatou-se que os seguintes projetos submetidos à seleção para o Curso de Doutorado contêm algum elemento que possibilita a sua identificação, seja nas propriedades do arquivo (que não foram desabilitadas), seja no título do arquivo, seja no teor do próprio projeto:

1. A ANÁLISE DE EFICIÊNCIA COMO ELEMENTO NECESSÁRIO PARA MANUTENÇÃO DA SUPER-TRIBUTAÇÃO PARA DESINCENTIVAR O CONSUMIDOR
2. A RESERVA DO FINANCEIRAMENTE POSSÍVEL E A CONCRETIZAÇÃO DA LEI DA ESCUTA ESPECIALIZADA, SEGUNDO A PERSPECTIVA DA PROTEÇÃO INTEGRAL.
3. A TEORIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO À LUZ DE UMA TEORIA DO ESTADO PERIFÉRICO BRASILEIRO: DIREITOS FUNDAMENTAIS, INTERESSE PÚBLICO E CONTROLE PROCESSUAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
4. AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E OS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES VENEZUELANOS NO BRASIL E NO CHILE NO PERÍODO DE 2016 A 2024
5. AS VICISSITUDES ENTRE O DIREITO À MORADIA ADEQUADA E O DIREITO URBANÍSTICO NA OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS E INSTITUCIONAIS: UM ESTUDO COMPARADO DA ATUAÇÃO DOS SISTEMAS DE JUSTIÇA DOS ESTADOS DO CEARÁ E MARANHÃO
6. DIREITOS HUMANOS E A LINGUAGEM JURÍDICA: O ALCANCE DAS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS PARA MULHERES IMIGRANTES LATINO-AMERICANAS NO BRASIL
7. O NOVO REGIME FISCAL E A DESCONTINUIDADE DO MODELO UNIVERSITÁRIO: O PLANEJAMENTO COMO LIMITE NORMATIVO À AUSTERIDADE
8. POLÍTICAS FAMILIARES: POLÍTICAS PÚBLICAS E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS
9. POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO A PRIVACIDADE DOS DADOS PESSOAIS DO CONSUMIDOR NAS RELAÇÕES DE COMÉRCIO ELETRÔNICO INTERNACIONAL: (IN) EFICÁCIA E RESPONSABILIDADE



10. POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO INDIVÍDUO COM MICROCEFALIA E AOS SEUS GENITORES: AÇÕES AFIRMATIVAS DE CAPACITAÇÃO SOCIOECONÔMICA

11. “VOCÊ TRABALHA OU SÓ DÁ AULA?”: POR UMA (RE)INVENÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE E DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO JURÍDICO PARA EFETIVAÇÃO DAS NOVAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO.

Da mesma forma, constatou-se que os seguintes projetos submetidos à seleção para o Curso de Mestrado contêm algum elemento que possibilita a sua identificação, seja nas propriedades do arquivo (que não foram desabilitadas), seja no título do arquivo, seja no teor do próprio projeto:

1. A ILEGALIDADE DA VINCULAÇÃO DO DESPACHO ADUANEIRO AO PAGAMENTO DE MULTA: DISTINGUISHING DO TEMA 1.042 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.
2. A INTERRELAÇÃO ENTRE A INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA, NA FORMA PROGRESSIVA, SOBRE OS DIVIDENDOS DESTINADOS A SÓCIOS RESIDENTES NO EXTERIOR E A SUBSTANCIALIDADE DOS INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS: UM ESTUDO COM FOCO NO COMPLEXO DO PECÉM.
3. A RESPONSABILIDADE CIVIL E A CAPACIDADE JURÍDICA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS PSÍQUICAS E/OU INTELLECTUAIS
4. ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA ALOCATIVA DOS GASTOS PÚBLICAS ESTADUAIS PARA A MITIGAÇÃO DAS MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS (MVI)
5. DESAFIOS NA CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NO BRASIL: ANÁLISE DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA EM FORTALEZA ENTRE 2015 E 2021
6. DIETA NEOLIBERAL: O BRASIL DO FOME ZERO À FOME COLETIVA
7. DIREITO FUNDAMENTAL INFANTO-JUVENIL E DEPOIMENTO ESPECIAL: ESTUDO DE CASOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR ATENDIDAS NA DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER DE SOBRAL
8. EDITAIS DE SELEÇÕES E CONCURSOS PÚBLICOS DA ÁREA JURÍDICA, NO CONTEXTO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: CLÁUSULAS EDITALÍCIAS COMO FATORES DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS, INCLUSÃO E EXCLUSÃO, SOB A LUZ DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
9. ENTREGADORES DE APLICATIVO E AS ENTIDADES SINDICAIS: OS OBSTÁCULOS NA SINDICALIZAÇÃO DA CATEGORIA
10. IMPACTO DO TELETRABALHO EM DOMICÍLIO NO DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE MENTAL DAS EMPREGADAS NO BRASIL
11. NUDEM - ESTRATÉGIAS, POSSIBILIDADES E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES NO CARIRI CEARENSE.

2

4.

2

2



12. O AUMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 E AS CONSEQUÊNCIAS PSICOSSOCIAIS ORIUNDAS DO DESEMPREGO.
13. O DIREITO E A AUTONOMIA DA MULHER FRENTE AO JULGAMENTO SOCIAL, A BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.
14. O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COMO INSTRUMENTO DE EFETIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS
15. O SERVIÇO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FORTALEZA E A NECESSÁRIA CONCILIAÇÃO ENTRE A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E O DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO
16. O SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO, O LABELLING SOCIAL E A (IN)EFICIÊNCIA ESTATAL: O PRESO COMO TITULAR DE DIREITOS FERIDOS E O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL
17. OS DESAFIOS DA PROTEÇÃO DE DADOS NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO
18. PARA ALÉM DE UMA SOLUÇÃO NORMATIVA: O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO ESTADO DO CEARÁ E A PARTICIPAÇÃO EFETIVA DO TERCEIRO SETOR NA CONDUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA SOCIOEDUCATIVA.
19. PARTICIPAÇÃO DAS MINORIAS NA POLÍTICA BRASILEIRA E A NECESSIDADE DA IGUALDADE MATERIAL NAS ELEIÇÕES PARA O PODER LEGISLATIVO: RESERVA DE CADEIRA, AO INVÉS DA RESERVA DE CANDIDATURA
20. POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À BIOPIRATARIA NO CEARÁ: UM ESTUDO SOB A ÉGIDE DA LEI N. 13.123/2015
21. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ERRADICAÇÃO DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NA ZONA RURAL DE OEIRAS-PI NO PÓS PANDEMIA DA COVID-19
22. PRESERVAÇÃO DA VIDA, INTEGRIDADE FÍSICA E A CAPTAÇÃO IMEDIATA DO FLUXO DAS COMUNICAÇÕES TELEFÔNICAS E TELEMÁTICAS. PONDERAÇÃO DE BENS JURÍDICOS.
23. REELEITURAS DOS NÚMEROS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 NO CEARÁ E EM MINAS GERAIS: DIÁLOGOS POSSÍVEIS
24. UBERIZAÇÃO: A ESCRAVIDÃO DIGITAL
25. VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE. UM ESTUDO SOBRE A ESPACIALIZAÇÃO DOS CRIMES DE HOMICÍDIO, ROUBO E TRÁFICO DE DROGAS NA CIDADE DE FORTALEZA, SOB A ÓTICA DA GEOGRAFIA DO CRIME E DA PSICOLOGIA SOCIAL.
26. A EFETIVAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA DA SOCIEDADE CIVIL JUNTO AO PODER PÚBLICO: AMPLIAÇÃO AO ACESSO DO CIDADÃO NOS CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMA VIRTUAL
27. OS DESAFIOS CONSTITUCIONAIS DA SOCIEDADE DO ALGORITMO: OS RISCOS DA TECNOLOGIA FRENTE À PROTEÇÃO DE DADOS



Universidade Federal do Ceará

Faculdade de Direito

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito

Comissão do Processo Seletivo (Edital nº 001/2021) – LINHA 01

28. A DIGNIDADE DA VÍTIMA COMO PARADIGMA SEGURO PARA A VALORAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS, NA DOSIMETRIA DA PENA, SOB O VIÉS DO DIREITO NATURAL
29. A CONDIÇÃO DO SEXO FEMININO E A VÍTIMA TRANS DO FEMINICÍDIO: NOVOS OLHARES ÀS PERSPECTIVAS DE GÊNERO
30. A APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS DA LEGALIDADE, DA PUBLICIDADE, E DA EFICIÊNCIA NA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL UTILIZADA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL IMPLEMENTADA PELA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ.

Todos se enquadram na vedação prevista no *caput* do artigo 17 do Edital PPGDIR 01/2021:

**“Art. 17. A Análise Preliminar de Projeto tem caráter eliminatório e será feita por cada banca examinadora sem que haja qualquer tipo de identificação do candidato, que será eliminado da seleção caso haja algum elemento que possibilite a sua identificação. Os candidatos devem desabilitar as propriedades do arquivo que possam levá-lo à sua identificação.”**

Assim, procedeu-se à eliminação dos candidatos responsáveis pelos projetos.

Não foi constatado material contendo plágio ou obtido por meios ofensivos à ética acadêmica.

Nada mais havendo que tratar, foi encerrada a reunião da Comissão. Divulgue-se o resultado da análise dos projetos de pesquisa.

Fortaleza-CE, 21 de outubro de 2021.

(ORIGINAL ASSINADA)

Prof.ª Dra. Maria Vital da Rocha

Presidente

(ORIGINAL ASSINADA)

Prof. Dr. William Paiva Marques Júnior

Membro interno

(ORIGINAL ASSINADA)

Prof. Dr. André Dias Fernandes

Membro externo

M.

4